

DOSSIÊ

Pesquisa em Arquivologia

Acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.
Fotografia: Anderson Vaz/AGCRJ.

Apresentação

Para além das interfaces e zonas em que se mobilizam diferentes disciplinas na compreensão do fenómeno arquivístico, nota-se a constituição de um núcleo conceitual historicamente referenciado pela trajetória do fazer e saber.

No Brasil, a Arquivologia compreende práticas discursivas e a distribuição de posições relacionadas entre trabalhadores dos arquivos, instituições custodiadoras de acervos arquivísticos, associações de profissionais da área, instituições de ensino de arquivologia, produtores de conhecimento arquivístico, usuários de arquivos e organizações servidas pelas funções arquivísticas.

Do ponto de vista da produção de conhecimento, ou seja, do saber arquivístico, é a partir da década de 1990, que ele passa a ser uma tarefa das universidades, relativizando o domínio quase absoluto, ao longo de décadas anteriores, das instituições arquivísticas como espaços de produção e legitimação do conhecimento na área. Na construção de agendas de pesquisa em Arquivologia, torna-se premente discutir o próprio campo, seus objetos, seus métodos, seu universo empírico e suas transformações.

Nesse sentido, a *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* reafirma, nesta edição, seu compromisso com a publicação de resultados de pesquisa em parceria com o Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos – PPGARQ, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

Os temas abordados nos artigos refletem os resultados das pesquisas contendo diálogos interdisciplinares na produção do conhecimento, com

efeitos tanto de ampliação de suas bases científicas quanto de desenvolvimento inovador de processos, produtos e serviços arquivísticos.

Marilda Martins Coelho e Clarissa Moreira dos Santos Schmidt demonstram que os instrumentos normativos, para produção de documentos técnicos de engenharia da Transpetro, seguem, de certa forma, os fundamentos da diplomática, ou seja, os critérios de forma, estrutura e conteúdo, respeitando as características de cada espécie e/ou tipo documental para garantir que esses documentos sejam autênticos, íntegros e confiáveis e possam, assim, atender às exigências dos órgãos reguladores.

No artigo *Gestão de documentos arquivísticos digitais: o grau de satisfação dos usuários do SEI na Administração Pública Federal*, os autores Natasha Hermida Pereira Castro da Silva Levy, Anna Carla Almeida Mariz e Antonio Rodrigues de Andrade, analisam como a gestão de documentos arquivísticos digitais é vista pelos usuários do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF). O estudo demonstra que o Sistema não possui alta aderência aos requisitos referentes às boas práticas de gestão de documentos do e-ARQ Brasil, desta forma não pode ser considerado um SIGAD.

Jean Maciel Xavier, Eliezer Pires da Silva e Mariana Lousada realizam um diagnóstico da gestão de documentos no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Novo DEGASE), identificando os instrumentos normativos que norteiam a produção, a utilização e a destinação de documentos.

Isabelle da Rocha Brandão Castellini e João Marcus Figueiredo de Assis refletem como a temática dos arquivos se apresenta de diferentes formas nos órgãos integrantes do Poder Judiciário no Brasil. Para isto, utilizam como fonte documental os anais dos Encontros Nacionais da Memória da Justiça do Trabalho, buscando analisar, nos discursos presentes nesses Encontros, o entendimento sobre os arquivos e suas funções.

O artigo de Priscila Ribeiro Gomes e Luíza Angélica Lisboa Pinto busca compreender como as instituições arquivísticas nacionais do Brasil, da Colômbia e do México contemplam as ações educativas em suas estruturas, políticas e práticas. Utilizam como recurso metodológico a análise comparativa, com o intuito de apresentar o arquivo nacional de cada país, para compreender sua estrutura e contexto de criação.

Encerrando o Dossiê Pesquisa em Arquivologia, temos o artigo *A informação pública no Brasil: do direito ao acesso*. Nele, os autores José Fernando da Silva, Mariana Lousada e Júnia Guimarães e Silva, apresentam o desenvolvimento do direito e acesso à informação pública a partir dos instrumen-

tos jurídicos e da literatura que discute a temática para, assim, compreender de que forma a Lei de Acesso à Informação foi construída no país.

Agradecemos mais uma vez o apoio oferecido pela *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, bem como a contribuição de todos os autores.

MARIANA LOUSADA

Docente no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

ANA CELESTE INDOLFO

Docente no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Recebido em: 29/09/2018

Aprovado em: 30/10/2018